



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) Nº 031/2026

INTRODUÇÃO

Conceito e elementos.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelos Arts. 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação” (caput do Art. 56 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração” (caput do Art. 57 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, [...]” (caput do Art. 58 do Decreto nº 3.927/2023).

“Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:” (caput do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023).

“I - descrição da necessidade da contratação [...]” (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 1 deste documento;

“IX – demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, [...]” (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 2 deste documento;

“II – descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, [...]” (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 3 deste documento;

“V – estimativa das quantidades a serem contratadas, [...]” (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 4 deste documento;

“III – levantamento de mercado, [...]” (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 5 deste documento;



“VI – estimativa do valor da contratação, [...]” (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento;

“IV – descrição da solução como um todo, [...]” (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento;

“VII – justificativa para o parcelamento ou não da solução;” (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento;

“X – demonstrativo dos resultados pretendidos, [...]” (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento;

“XI – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, [...]” (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento;

“VIII – contratações correlatas e/ou interdependentes” (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 11** deste documento;

“XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, [...]” (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 12** deste documento;

“XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.” (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 13** deste documento;

O presente Estudo Técnico Preliminar apresenta os estudos técnicos realizados visando identificar e analisar as soluções disponíveis no mercado, em termos de requisitos, alternativas e justificativas para escolha da melhor solução para alcançar os resultados pretendidos.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados não é decisão de livre arbítrio desta equipe. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, têm a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao interesse público.

SEÇÃO 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

1.1. Contexto da Situação Problema:

A coleta, manejo e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos constituem serviço público essencial e contínuo, indispensável à preservação da saúde pública, limpeza urbana e proteção ambiental, nos termos da Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Atualmente, o Município de São Jorge D'Oeste realiza diretamente os serviços de coleta dos resíduos sólidos urbanos, utilizando servidores pertencentes ao quadro efetivo e veículos (dois



caminhões coletores) integrantes da frota municipal, contratando de forma terceirizada apenas os serviços de recepção, triagem e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

Durante os estudos realizados para a presente contratação, verificou-se que a estrutura municipal atualmente existente possui condições de continuidade da execução da coleta urbana, considerando que o Município dispõe de veículos, equipamentos e servidores efetivos aptos à manutenção dos serviços, desde que promovidas adequações administrativas internas visando a correta lotação funcional dos servidores envolvidos na atividade.

Conforme levantamento realizado pelo setor de Recursos Humanos, identificou-se que atualmente a operação da coleta depende parcialmente da atuação de servidores ocupantes de cargos distintos das atividades atualmente desempenhadas, circunstância que demanda reorganização administrativa, adequação funcional e eventual ampliação futura do quadro operacional, visando assegurar maior regularidade administrativa e operacional da execução direta da coleta pelo Município.

Verificou-se ainda que o Município não dispõe de estrutura própria licenciada para recepção, triagem e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos, tornando indispensável a contratação de empresa especializada para execução destas etapas.

Diante deste cenário, a Administração Pública realizou estudos técnicos comparativos entre:

- a) manutenção da coleta pelo Município, com contratação terceirizada apenas da recepção, triagem e destinação final dos resíduos sólidos urbanos;
- b) terceirização integral dos serviços de coleta, transporte, recepção, triagem e destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

1.2 - Justificativa da Contratação:

1.2.1 A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de recepção, triagem e destinação final do lixo doméstico urbano é necessária para garantir a continuidade de serviço público essencial, assegurando a limpeza urbana, a proteção da saúde pública e a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Justifica-se a devida contratação, pois a Administração busca realizar a gestão adequada dos resíduos, com a preservação do meio ambiente, evitando que os lixos sejam descartados em locais impróprios, podendo comprometer o equilíbrio ecológico e a saúde pública dos munícipes.

Justifica-se ainda, visto a necessidade em manter a manutenção da recepção, triagem e destinação final de resíduos sólidos.

SEÇÃO 2 – DA DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA). (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).



2.1 A presente contratação está prevista e alinhada ao PCA 2026 da Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste.

SEÇÃO 3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIAS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

Os requisitos necessários à contratação, com vistas ao atendimento da demanda, são os seguintes:

3.1 Requisitos Técnicos

A contratada deverá:

- Receber os resíduos sólidos urbanos coletados pelo Município;
- Realizar triagem quando aplicável;
- Executar destinação final ambientalmente adequada;
- Disponibilizar local devidamente licenciado;
- Atender integralmente às normas ambientais vigentes;
- Emitir comprovantes e certificados de destinação final;
- Manter regularidade operacional contínua.

3.2 Requisitos Legais:

A contratação observará:

- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Lei Federal nº 12.305/2010;
- Normas ambientais federais, estaduais e municipais;
- Normas sanitárias aplicáveis.

3.3 Requisitos de Sustentabilidade:

- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- Prevenção de contaminação ambiental;
- Observância às boas práticas ambientais;
- Cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

SEÇÃO 4 - ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

4.1 A descrição com os respectivos quantitativos a serem contratados estão apresentados abaixo:



ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD
1	DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Contratação de empresa especializada para o recebimento, tratamento e destinação final ambientalmente licenciada de resíduos sólidos urbanos (orgânicos, recicláveis, não recicláveis e não tóxicos). A operação compreende a recepção dos resíduos em local devidamente regularizado, sendo que a coleta e o translado ficarão sob responsabilidade direta do Município de São Jorge D'Oeste/PR. O transporte será executado por frota e pessoal municipal até o local de destino, respeitando o limite de distância de até 90 km da sede municipal. As atividades de coleta e transporte ocorrerão de segunda-feira a sábado, visando o pleno atendimento às demandas de serviços urbanos e à manutenção da limpeza pública do município.	TON	1.920
2	DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS INSERVÍVEIS VOLUMOSOS (CLASSE II) - Contratação de empresa especializada para o recebimento, medição, pesagem e descaracterização, processamento e destinação final ambientalmente licenciada de resíduos sólidos inservíveis volumosos Classe II (não perigosos), provenientes de descartes e coletas especiais. A operação compreende a recepção dos resíduos em local devidamente regularizado e licenciado, sendo que a coleta e o traslado ficarão sob responsabilidade direta do Município de São Jorge D'Oeste/PR. O transporte será executado por frota e pessoal municipal até o local de destino, respeitando o limite de distância de até 90 km da sede municipal. As atividades de recepção no local de destino ocorrerão 1 (uma) vez por mês, visando o pleno atendimento às demandas de coletas programadas, campanhas de descarte ("bota-fora") e manutenção da limpeza pública e organização urbana do município.	M³	1.200

4.2. Justificativa de quantitativo:

4.2.1. A pretensa contratação visa atender o Município pelo período de 12 (doze) meses.

4.2.2. O quantitativo estimado foi definido com base na média histórica de resíduos sólidos urbanos coletados pelo Município nos últimos 12 (doze) meses, considerando a demanda contínua dos serviços públicos de limpeza urbana, a geração média diária de resíduos domiciliares e a necessidade de manutenção regular da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos.

SEÇÃO 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

No desenvolvimento deste Estudo Técnico Preliminar, considerou-se os seguintes cenários possíveis para a solução do problema apresentado:

5.1 Cenário 01 – Execução Parcial pelo Município.

Neste modelo, o Município permanece responsável pela coleta dos resíduos sólidos urbanos, utilizando servidores efetivos, veículos e equipamentos próprios, realizando contratação terceirizada apenas para recepção, triagem e destinação final dos resíduos.

Vantagens:

- Aproveitamento da estrutura pública já existente;
- Utilização dos veículos pertencentes à frota municipal;
- Manutenção da execução direta da coleta;
- Menor custo contratual;
- Preservação da economicidade administrativa;
- Aproveitamento dos servidores efetivos já vinculados aos serviços urbanos.



Desvantagens:

- Necessidade de reorganização administrativa interna;
- Necessidade de adequação funcional dos servidores envolvidos na operação;
- Manutenção dos custos de manutenção da frota municipal;
- Possibilidade futura de ampliação do quadro operacional.

5.2 Cenário 02 – Terceirização Integral.

Neste modelo, empresa especializada assume integralmente os serviços de coleta, transporte, recepção, triagem e destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

Vantagens:

- Transferência integral dos riscos operacionais;
- Redução da gestão operacional direta.

Desvantagens:

- Elevado custo contratual;
- Necessidade de remanejamento dos servidores atualmente vinculados à coleta;
- Possível ociosidade parcial da frota municipal;
- Maior dependência contratual;
- Desnecessária ampliação da terceirização, considerando a estrutura pública já existente.

5.3 ANÁLISE COMPARATIVA DOS CENÁRIOS

Critério	Execução Parcial	Terceirização Total
Utilização da estrutura municipal	SIM	NÃO
Uso da frota própria	SIM	NÃO
Necessidade de manutenção da frota	ALTA	BAIXA
Gestão operacional direta	ALTA	BAIXA
Dependência contratual	MÉDIA	ALTA
Risco operacional do Município	ALTO	REDUZIDO
Necessidade de remanejamento de servidores	NÃO	SIM
Investimento futuro em frota	NECESSÁRIO	DISPENSÁVEL
Previsibilidade dos custos	MÉDIA	ALTA



5.4 ANÁLISE ECONÔMICA COMPARATIVA

Cenário 01 — Execução parcialmente direta.

Para fins de análise econômica do cenário de execução parcialmente direta pelo Município, os valores apresentados abaixo foram elaborados com base nos custos efetivamente apurados durante o exercício de 2025, compreendendo o período de janeiro a dezembro.

A composição dos custos considerou as despesas médias mensais relacionadas à execução da coleta dos resíduos sólidos urbanos pelo próprio Município, incluindo gastos com mão de obra, encargos trabalhistas, combustível, manutenção da frota municipal e contratação terceirizada da destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

Os valores utilizados refletem a realidade operacional atualmente existente no Município de São Jorge D'Oeste/PR, permitindo análise concreta e fidedigna da viabilidade econômica do modelo adotado pela Administração Pública Municipal.

Descrição	Valor Mensal Estimado
Mão de obra	17.869,52
Encargos trabalhistas	520,00
Combustível	8.118,16
Manutenção da frota	4.201,00
Destinação final (terceirizada)	33.844,98
TOTAL MENSAL	64.553,66

*Dados referente ao período: janeiro a dezembro de 2025.

Cenário 02 — Terceirização integral.

Para fins de análise comparativa de mercado, foi avaliado o cenário de terceirização integral dos serviços de coleta, transporte, recepção, triagem e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, modelo atualmente adotado por alguns municípios da região.

Neste modelo, a empresa contratada assume integralmente a execução operacional dos serviços, incluindo fornecimento de mão de obra, veículos, combustível, manutenção da frota, gerenciamento operacional, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos.

Com o objetivo de verificar a viabilidade econômica desta alternativa, foram analisados contratos e custos praticados por municípios vizinhos que adotam a terceirização total dos serviços, possibilitando avaliação comparativa entre os modelos estudados.

A análise permitiu verificar que a terceirização integral apresenta custos significativamente superiores ao modelo atualmente adotado pelo Município de São Jorge D'Oeste/PR, especialmente considerando que esta Administração já dispõe de estrutura operacional própria

para continuidade da coleta urbana, incluindo servidores efetivos, veículos e equipamentos pertencentes à frota municipal.

Além disso, constatou-se que a adoção da terceirização integral implicaria maior dependência contratual, possível ociosidade parcial da estrutura pública já existente e ampliação dos custos administrativos relacionados à execução dos serviços.

Gastos com Terceirização Total dos Serviços (coleta, transporte e disposição final)	
MUNICÍPIO	VALOR MENSAL
Mangueirinha/PR	212.061,62
Dois Vizinhos/PR	405.960,90
Quedas do Iguaçu/PR	253.148,38

5.4.1 Comparativo Regional – Municípios com Terceirização Integral.

Com o objetivo de avaliar a vantajosidade econômica das soluções disponíveis no mercado, foram analisados contratos de municípios vizinhos que adotam o modelo de terceirização integral dos serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

Verificou-se que os Municípios pesquisados, os quais adotam a terceirização integral dos serviços, apresentam custos mensais significativamente superiores ao modelo atualmente estudado pelo Município de São Jorge D'Oeste/PR.

Conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar, o cenário de execução parcialmente direta pelo Município possui custo mensal estimado de R\$ 64.553,66, contemplando mão de obra, combustível, manutenção da frota e contratação terceirizada apenas da recepção, triagem e destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

A análise comparativa evidencia que a manutenção da coleta pelo próprio Município, utilizando servidores efetivos, veículos e equipamentos pertencentes à frota municipal, proporciona maior economicidade administrativa, reduzindo significativamente os custos da prestação dos serviços quando comparado aos modelos de terceirização integral adotados em municípios da região.

Além da redução de custos, o modelo parcialmente direto permite:

- Aproveitamento da estrutura pública já existente;
- Preservação da utilização da frota municipal;
- Redução da dependência contratual;
- Manutenção do controle operacional direto pela Administração;
- Prevenção da ociosidade de veículos e servidores públicos já vinculados aos serviços urbanos.

Dessa forma, considerando a realidade estrutural atualmente existente no Município de São Jorge D'Oeste/PR, conclui-se que a terceirização integral dos serviços não se mostra, neste momento, proporcional nem economicamente vantajosa ao interesse público, sendo mais adequada a manutenção do modelo de execução parcialmente direta aliado à terceirização



apenas das etapas especializadas de recepção, triagem e destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

5.4.2 Análise da economicidade do cenário parcialmente direto.

Importante destacar que, para fins de estimativa da contratação terceirizada da destinação final dos resíduos sólidos urbanos, foi adotado no presente estudo o menor valor obtido na pesquisa de mercado, correspondente a R\$ 350,96 por tonelada.

Assim, mesmo considerando o menor valor atualmente identificado entre os orçamentos obtidos, o cenário de execução parcialmente direta pelo Município permanece significativamente mais econômico quando comparado aos modelos de terceirização integral adotados por municípios da região.

Além disso, considerando que a futura contratação será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão, com ampla competitividade entre os licitantes, existe expectativa razoável de redução adicional dos valores atualmente estimados, em razão da fase competitiva de lances.

Desse modo, os custos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar foram elaborados de forma prudente e conservadora, evidenciando que a solução adotada pelo Município tende, inclusive, a apresentar economicidade ainda maior após a conclusão do certame licitatório.

Diante disso, reforça-se a conclusão de que a manutenção da coleta pelo próprio Município, com terceirização apenas da recepção, triagem e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, apresenta-se atualmente como a alternativa de maior vantajosidade econômica e administrativa para a Administração Pública Municipal.

5.5 Conclusão do Levantamento de Mercado

Após análise comparativa dos cenários avaliados, verificou-se que a manutenção da coleta pelo Município, aliada à contratação terceirizada apenas dos serviços de recepção, triagem e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, apresenta maior vantajosidade técnica, econômica e administrativa para a Administração Pública Municipal.


A solução permite o aproveitamento da estrutura pública já existente, incluindo veículos, equipamentos e servidores efetivos, preservando a economicidade administrativa e reduzindo os custos da contratação.

Verificou-se ainda que as situações operacionais atualmente identificadas poderão ser adequadamente solucionadas mediante reorganização administrativa interna, correta lotação funcional dos servidores e eventual ampliação futura do quadro operacional, caso necessária, não se mostrando proporcional ou economicamente vantajosa a terceirização integral dos serviços neste momento.

Verificou-se ainda que o Município já dispõe de estrutura operacional mínima para continuidade da coleta dos resíduos sólidos urbanos, incluindo frota, equipamentos e servidores efetivos, circunstância que reduz significativamente os custos operacionais da execução direta da coleta, tornando desproporcional, neste momento, a terceirização integral dos serviços.

SEÇÃO 6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (inciso VI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

6.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

 MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE ESTADO DO PARANÁ www.pmsjorge.pr.gov.br CNPJ: 76.995.380/0001-03												
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO												
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL (LOCAL ADEQUADO E LICENCIADO AMBIENTALMENTE) DE RESÍDUOS SÓLIDOS ORGÂNICOS, RESÍDUOS INSERVÍVEIS VOLUMOSOS, RECICLÁVEIS E NÃO TÓXICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE-PR.												
NOME DA EMPRESA								CNPJ		Data da Cotação		
COT: PEMA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO								03.040.285/0001-02		19/05/26		
COT: PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS (4 COTAÇÕES)								07.797.967/0001-95		20/05/26		
COT:												
ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	COT 5	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MEDIAN SIMPLE	VALOR R\$ Valor Global
1	DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - Contratação de empresa especializada para o recebimento, tratamento e destinação final ambientalmente licenciada de resíduos sólidos urbanos (orgânicos, recicláveis, não recicláveis e não tóxicos). A operação compreende a recepção dos resíduos em local devidamente regularizado, sendo que a coleta e o traslado ficarão sob responsabilidade direta do Município de São Jorge D'Oeste/PR. O transporte será executado por frota e pessoal municipal até o local de destino, respeitando o limite de distância de até 90 km da sede municipal. As atividades de coleta e transporte ocorrerão de segunda-feira a sábado, visando o pleno atendimento às demandas de serviços urbanos e à manutenção da limpeza pública do município.	TON	1920	397,00	350,96	480,00	539,05	551,65	350,96	539,05	441,75	673.843,20
2	DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS INSERVÍVEIS VOLUMOSOS (CLASSE II) - Contratação de empresa especializada para o recebimento, medição, pesagem e descaracterização, processamento e destinação final ambientalmente licenciada de resíduos sólidos inservíveis volumosos Classe II (não perigosos), provenientes de descartes e coletas especiais. A operação compreende a recepção dos resíduos em local devidamente regularizado e licenciado, sendo que a coleta e o traslado ficarão sob responsabilidade direta do Município de São Jorge D'Oeste/PR. O transporte será executado por frota e pessoal municipal até o local de destino, respeitando o limite de distância de até 90 km da sede municipal. As atividades de recepção no local de destino ocorrerão 1 (uma) vez por mês, visando o pleno atendimento às demandas de coletas programadas, campanhas de desaste ("bota-fora") e manutenção da limpeza pública e organização urbana do município.	M³	1200	420,00	403,74	258,78	255,50	255,50	255,50	420,00	318,70	306.600,00
TOTAL:												980.443,20
FONTES DE PREÇOS UTILIZADAS NESTA COTAÇÃO: 1 - Compras.gov.br www.gov.br/compras/pt-br; 2 - Portal Nacional de Contratações Públicas https://pnpcp.gov.br/appt; 3 - Prefeitura Municipal de Cafelândia/PR 177.129.161.33/7474/transparencia/licitacoes; 4 - Prefeitura Municipal de Toledo/PR https://equiplano.toledo.pr.gov.br:7443/transparencia/licitacoes; 5 - Empresa do município de Dois Vizinhos-Pr.												
Responsável pela cotação : Liomar Siega								APROVAÇÃO:				
OBS.: FORAM ENCAMINHADAS PESQUISA DE PREÇOS PARA DIVERSAS EMPRESAS, PORÉM APENAS (UMA) RESPONDEU, CONFORME CÓPIAS DE EMIL'S EM ANEXO. DESTA FORMA FIZ MAIS 4 (QUATRO) COTAÇÕES NA PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS PARA COMPOSIÇÃO DA CESTA DE PREÇOS, E FOI ADOPTADO CRITÉRIO DE APURAÇÃO DE MENOR PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS.								PROCESSO LICITATÓRIO / MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS				
São Jorge D'Oeste, 20 de maio de 2026.								ASSINATURA DO RESPONSÁVEL				

6.2. O preço total estimado da contratação é R\$ 980.443,20 (novecentos e oitenta mil e quatrocentos e quarenta e três reais e vinte centavos), conforme pesquisa de preços, realizada em conformidade com o Decreto Municipal nº 3.927/2023.

SEÇÃO 7 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (inciso IV do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

7.1 Identificação de soluções:



A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços de recepção, triagem e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos domiciliares coletados pelo Município de São Jorge D'Oeste/PR.

O Município permanecerá responsável pelos serviços de coleta e transporte inicial dos resíduos sólidos urbanos, utilizando servidores, veículos e equipamentos próprios.

A solução adotada apresenta maior economicidade administrativa, permitindo o aproveitamento da estrutura pública já existente, preservando a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais e reduzindo os custos decorrentes de eventual terceirização integral.

Além disso, as adequações operacionais necessárias poderão ser promovidas mediante reorganização administrativa interna, correta lotação funcional dos servidores e eventual ampliação futura do quadro operacional, caso necessária, assegurando maior regularidade administrativa da execução direta da coleta.

7.2 Definição da solução escolhida:

7.2.1. Abaixo segue a descrição do objeto a ser contratado, definido após a realização de estudo técnico preliminar:

7.2.2. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECEPÇÃO, TRIAGEM E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES COLETADOS PELO MUNICÍPIO.

7.3 Característica do objeto:

7.3.1 O objeto a ser contratado é de natureza Comum, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.3.2 A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:

7.3.2.1. É encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades;

7.3.2.2 É contínuo, sem peculiaridades ou características especiais;

7.3.2.3. É apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente; e

7.3.2.4. Sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado.

7.4 Definição da natureza de execução do objeto:

7.4.1 A execução do objeto contratado pode ser considerada de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, já que são serviços de fornecimento contínuo aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.



7.5 Modelo adotado:

7.5.1 O modelo adotado para a presente contratação corresponde ao Cenário 01, no qual o Município permanecerá responsável pela coleta dos resíduos sólidos urbanos, utilizando estrutura operacional própria, realizando contratação terceirizada apenas para os serviços de recepção, triagem e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos.

7.6 Justificativa da escolha da solução:

7.6.1 Trata-se da solução que no momento se adequa a realidade apresentada pela Administração.

7.6.2 A análise das opções oferecidas pelo mercado, conforme relatado neste ETP, demonstra que o modelo CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO, TRIAGEM E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO DOMÉSTICO URBANO, trata-se de uma abordagem/solução mais flexível e adaptável à realidade atual da Administração Municipal.

7.7 Regime de fornecimento:

7.7.1. O recebimento dos resíduos sólidos urbanos pela contratada deverá ocorrer de forma contínua e compatível com a rotina operacional da coleta municipal, observando os horários, cronogramas e quantitativos definidos pela Administração Municipal.

7.8 Vigência do contrato:

7.8.1. Orienta-se para o prazo de vigência contratual de 12 (doze) meses, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada do Contrato, nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

7.8.2. Considerando que o objeto contratado é de natureza continuada, a vigência do contrato é prorrogável nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, se comprovada a vantajosidade para Contratante e se prevalecendo o interesse público.

7.9.3. Justifica-se a vigência contratual de 12 (doze) meses, considerando a necessidade em manter a prestação dos serviços à população.

SEÇÃO 8 – DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (inciso VII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

8.1. O objeto não será parcelado, considerando que os serviços de recepção, triagem e destinação final possuem natureza integrada e interdependente, sendo tecnicamente recomendável sua execução por uma única contratada.

SEÇÃO 9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (inciso X do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

9.1. Considerando que as contratações públicas devem buscar resultados positivos à Administração Pública, pretende-se, com a presente contratação, assegurar maior eficiência,



continuidade e regularidade na prestação dos serviços relacionados ao manejo dos resíduos sólidos urbanos, garantindo o adequado atendimento das necessidades da população e o cumprimento das obrigações ambientais e sanitárias legalmente impostas ao Município.

9.2. A contratação dos serviços de recepção, triagem e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos visa garantir que os resíduos coletados pelo Município recebam tratamento e destinação em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente com as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

9.3. Busca-se assegurar a manutenção contínua e eficiente da limpeza urbana, contribuindo diretamente para a preservação da saúde pública, prevenção da proliferação de vetores, redução de riscos sanitários e melhoria das condições ambientais do Município.

9.4. Pretende-se ainda promover maior eficiência administrativa mediante o aproveitamento da estrutura pública já existente, incluindo veículos, equipamentos e servidores efetivos, preservando a economicidade administrativa e evitando custos excessivos decorrentes de eventual terceirização integral dos serviços.

9.5. A solução adotada também objetiva promover reorganização administrativa interna da equipe operacional atualmente vinculada à coleta dos resíduos sólidos urbanos, mediante adequação funcional dos servidores envolvidos, compatibilizando a execução das atividades com as atribuições dos respectivos cargos públicos e fortalecendo a regularidade administrativa da prestação dos serviços.

9.6. Como resultados esperados da contratação, destacam-se:

- Garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais relacionados ao manejo dos resíduos sólidos urbanos;
- Destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos;
- Cumprimento das normas ambientais, sanitárias e administrativas aplicáveis;
- Preservação da limpeza urbana e da saúde pública;
- Redução dos riscos de descarte irregular e contaminação ambiental;
- Aproveitamento da estrutura operacional já pertencente ao Município;
- Manutenção da economicidade administrativa;
- Melhoria da organização operacional dos serviços urbanos;
- Fortalecimento da fiscalização e controle da execução contratual;
- Promoção da sustentabilidade ambiental e cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

9.7. Com a contratação pretendida, espera-se assegurar maior segurança operacional, eficiência na gestão dos resíduos sólidos urbanos e regularidade administrativa da execução dos serviços públicos, garantindo atendimento adequado ao interesse público e às necessidades permanentes da Administração Municipal.



SEÇÃO 10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (inciso XI do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

10.1. A Administração Pública Municipal deverá adotar previamente todas as providências necessárias ao adequado planejamento, formalização, acompanhamento e fiscalização da contratação, visando assegurar a plena execução dos serviços e o atendimento das finalidades públicas pretendidas.

10.2. Considerando que o Município permanecerá responsável pela execução direta da coleta dos resíduos sólidos urbanos, deverão ser promovidas medidas administrativas internas visando maior regularidade operacional da prestação dos serviços, especialmente:

- Reorganização administrativa da equipe operacional vinculada aos serviços urbanos;
- Adequação funcional dos servidores atualmente envolvidos na coleta dos resíduos sólidos urbanos, observando as atribuições legalmente previstas para cada cargo;
- Avaliação da necessidade de remanejamento interno de servidores;
- Análise da eventual necessidade futura de ampliação do quadro operacional, conforme demanda da Administração;
- Planejamento preventivo da manutenção da frota municipal utilizada na coleta;
- Verificação das condições operacionais dos veículos e equipamentos utilizados nos serviços.

10.3. A Administração deverá ainda promover orientação e acompanhamento contínuo dos servidores envolvidos na fiscalização contratual e na execução operacional da coleta, visando assegurar maior eficiência administrativa, regularidade da prestação dos serviços e cumprimento das obrigações ambientais e contratuais.

10.4. Não se verifica necessidade de adequações estruturais significativas no ambiente administrativo municipal para viabilização da contratação pretendida, considerando que o Município já dispõe de estrutura operacional básica necessária à continuidade da execução da coleta dos resíduos sólidos urbanos.

10.5. As providências adotadas buscam assegurar a adequada execução contratual, a continuidade dos serviços públicos essenciais, a regularidade administrativa da prestação dos serviços e a preservação da economicidade administrativa, em conformidade com o interesse público e com a legislação vigente.

SEÇÃO 11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES (inciso VIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

11.1. Para atendimento da finalidade da contratação, não há contratações correlatas que deverão ser agilizadas, uma vez que se admite um olhar gerencial para os serviços urbanos, de modo que, chama-se a atenção da equipe de contratação para que privilegie os trâmites de todos os processos que por finalidade atendam as demandas dos serviços urbanos no Município.



SEÇÃO 12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (inciso XII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

12.1 Tendo em vista a natureza do objeto que se pretende contratar, é necessário que o Fornecedor, no âmbito de suas atividades, atenda aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental, sem prejuízo da observância das boas práticas e das normas pertinentes, pontuados na matriz de riscos adotada para esta contratação.

IMPACTOS AMBIENTAIS POTENCIAIS	MEDIDAS MITIGADORAS
Possibilidade de contaminação do solo e dos recursos hídricos em razão do manejo inadequado dos resíduos sólidos urbanos.	Exigir que a contratada realize a recepção, triagem e destinação final dos resíduos em local devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, observando integralmente as normas ambientais vigentes.
Disposição inadequada dos resíduos sólidos urbanos, ocasionando degradação ambiental e riscos à saúde pública.	Fiscalização contínua da execução contratual pelo Município, garantindo que os resíduos sejam destinados de forma ambientalmente adequada, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Proliferação de vetores, insetos, roedores e geração de odores decorrentes do acondicionamento inadequado dos resíduos.	Exigir da contratada a adoção de procedimentos adequados de recepção, acondicionamento, triagem e destinação dos resíduos, bem como manutenção das condições sanitárias da unidade operacional.
Possibilidade de descarte irregular de resíduos durante o transporte e destinação final.	Exigir transporte adequado dos resíduos e emissão de comprovantes de destinação final ambientalmente adequada, permitindo rastreabilidade e controle da execução contratual.
Geração de impactos ambientais decorrentes do aumento do volume de resíduos destinados aos aterros sanitários.	Incentivar a realização de triagem e segregação dos resíduos recicláveis, observando as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e promovendo redução do volume de rejeitos destinados à disposição final.
Emissão de gases poluentes provenientes da operação dos veículos utilizados na coleta e transporte dos resíduos.	Manutenção preventiva e corretiva periódica dos veículos utilizados pelo Município, visando reduzir emissões atmosféricas e assegurar condições adequadas de funcionamento da frota.
Possíveis impactos ambientais decorrentes do descumprimento das normas ambientais aplicáveis.	Fiscalização permanente da execução contratual pelo Município, exigindo o cumprimento integral das condicionantes ambientais, sanitárias e legais aplicáveis à atividade.
Risco de vazamentos ou derramamentos de resíduos durante a coleta e transporte.	Adoção de procedimentos operacionais adequados e utilização de veículos apropriados para o transporte dos resíduos sólidos urbanos, minimizando riscos ambientais e sanitários.

12.2 A presente contratação envolve serviços relacionados à recepção, triagem e destinação final dos resíduos sólidos urbanos coletados pelo Município, atividades que, por sua natureza, possuem potencial de geração de impactos ambientais, especialmente quando executadas de forma inadequada ou em desconformidade com as normas ambientais vigentes.

Dentre os principais impactos ambientais identificados, destacam-se os riscos de contaminação do solo e dos recursos hídricos, disposição inadequada dos resíduos, proliferação de vetores e odores, além da emissão de poluentes decorrentes das operações de transporte e manejo dos resíduos sólidos urbanos.

Todavia, tais impactos podem ser adequadamente prevenidos, reduzidos e controlados mediante a adoção de medidas mitigadoras, fiscalização contínua da execução contratual e observância das



exigências estabelecidas pela legislação ambiental, sanitária e administrativa aplicável, especialmente aquelas previstas na Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Nesse sentido, a contratação deverá exigir que a empresa contratada execute os serviços em local devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, promovendo destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, observando as boas práticas de manejo, acondicionamento, transporte e disposição final.

Além disso, a Administração Municipal realizará acompanhamento e fiscalização contínua da execução contratual, visando assegurar o cumprimento das obrigações ambientais, prevenir danos ambientais e garantir que os resíduos sólidos urbanos recebam tratamento compatível com as diretrizes de sustentabilidade, proteção ambiental e preservação da saúde pública.

Assim, considerando as medidas mitigadoras previstas, a fiscalização administrativa e a obrigatoriedade de atendimento integral às normas ambientais vigentes, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são controláveis e compatíveis com a natureza dos serviços pretendidos.

SEÇÃO 13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

13.1 Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada apenas para execução dos serviços de recepção, triagem e destinação final dos resíduos sólidos urbanos mostra-se a solução mais adequada e vantajosa para a Administração Pública Municipal neste momento.

A solução permite o aproveitamento da estrutura pública já existente, incluindo veículos, equipamentos e servidores efetivos, preservando a economicidade administrativa e garantindo continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais.

Concluiu-se ainda que as adequações operacionais atualmente necessárias poderão ser solucionadas mediante reorganização administrativa interna, correta lotação funcional dos servidores envolvidos na coleta e eventual ampliação futura do quadro operacional, caso necessária, não se mostrando proporcional ou economicamente vantajosa a terceirização integral dos serviços neste momento.

Assim, a Equipe de Planejamento declara viável a contratação pretendida, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 3.927/2023.



São Jorge D'Oeste – PR, 27 de maio de 2026.

Jonica Maria Caetano

Responsável pela elaboração do ETP – Portaria nº 3.004/2025

Sérgio Roberto Priamo

Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos – Decreto 4.486/2025